

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL DE 2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	70.059.713,23	433.497,69
Pessoal Ativo	59.391.720,51	348.229,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.667.992,72	85.267,96
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	10.181.703,62	118.359,95
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	33.091,99
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.181.703,62	85.267,96
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	59.878.009,61	315.137,74
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	60.193.147,35	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,008874
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,018054
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,017151
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,016249

FONTE: SIAFI, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 21/Mai/2014 às 15h e 00m

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.
- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 276, de 19/5/2014.

FERNANDA PIZZINAT DE SANTANNA
Secretário de Administração e Orçamento
em Substituição

FÁBIO ROSADO BARBOSA
Coordenador de Controle Interno

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
Diretor Geral

ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
Presidente do TRE/ES